

O Negro e a Mídia: novas possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais

In: *CONVERSAS TRANSVERSALIZANTES ENTRE PSICOLOGIA POLÍTICA, SOCIAL-COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL COM OS CAMPOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E DIREITOS. VOLUME 7*. Organização: Flávia Cristina Silveira Lemos ([et al.]. - 1. ed. – Curitiba: CRV, pp. 709-718, 2017.

Robenilson Moura Barreto¹
Paulo Roberto Ceccarelli²
Warlington Luz Lobo³

Introdução

Antes de discorrer sobre a inserção do negro na mídia brasileira é necessário apresentar aqui o conceito de mídia definido por Muniz Sodré (2006) como “um instrumento de direcionamento ou de criação de subjetividades no homem”. Essa concepção que ele apresenta como um novo *bios*, uma nova forma de vida que se articula, depende e vive por meio dela, que norteia os sujeitos contemporâneos. Ainda Segundo Muniz Sodré, tais subjetividades são moldadas e se tornam dependentes, sedentas por informações e tecnologia o que ele chama de *bios midiático*. A mídia no mundo contemporâneo também passa a significar todo o conjunto material e imaterial que compõe o universo da comunicação social e a sua dinâmica como uma necessidade existencial das sociedades modernas, e do qual as pessoas cada vez mais dependem para gerir processos individuais ou coletivos: na sua vida familiar, afetiva, social, no mundo do trabalho, etc.

A internet é sem dúvida uma das ferramentas mais eficazes na mídia. Os novos meios de comunicação midiáticos como o e-mail, “Facebook”, “Skype” e “Whatsapp” tornaram as pessoas mais próximas, criaram novas comunidades e ressignificam as relações em curto espaço de tempo, bem como no deslocamento desse espaço. Essas novas redes sociais

¹ Psicólogo. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA). Pesquisador do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental da Universidade Federal do Pará (LPPF/UFPA).

² Psicólogo. Psicanalista. Doutor em Psicopatologia fundamental e Psicanálise - Paris VII. Pós-doutor - Paris VII. Sócio do Circulo Psicanalítico de Minas Gerais. Membro da "Société de Psychanalyse Freudienne" - Paris – França. Professor do Instituto de Psicologia da PUC- MG. Professor e orientador de pesquisas na Pós-Graduação em Psicologia/UFPA. Professor e orientador de pesquisas do Mestrado de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência/MP, da Faculdade de Medicina da UFMG. Membro do Programa Antártico Brasileiro. Diretor científico do Centro de Atenção à Saúde Mental (CESAME: www.cesamebh.com.br).

³ Psicólogo Especialista em Educação para Relações Etnicorraciais pelo IFPA. Mestre em Psicologia pelo PPGP/UFPA e Gestalt-terapeuta.

de comunicação e relação têm transformado a forma com que as pessoas se organizam e se identificam. Nessa relação, Wolf (2003) revela que essas novas tecnologias constituem, simultaneamente, um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico, objeto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual quotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social. A constituição desse universo simbólico e de agregação cultural tem trazido novas referências identificatórias para os coletivos negros e outros movimentos sociais negros diante a ausência na mídia de comunicação de massa e pela forma estereotipada com que exibem as (os) negras (os) nesses espaços.

A comunicação de massa nos permite compreender a forma unificada e universal de transmissão de informação atingindo os mais diversificados e variados formação social de pessoas e toda forma de cultura. O termo massa trata as pessoas como se fossem iguais, ou seja, não as distinguem. Ainda conforme Wolf (2003, p.25), “A massa é constituída por um conjunto de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais.” Dessa maneira, a ideia de massa não particulariza a diversidade dos sujeitos e culturas como formas de representação social.

A ausência do negro ou sua imagem inferiorizada, quando aparece diante das formas de comunicação de massa como as telenovelas brasileiras, séries, propagandas em outdoor, programa de entretenimento, e entro outros produtos produzidos pela mídia brasileira são consequências de uma exclusão social gerado pelo preconceito racial contra as populações negras do país. Destas, as que representam uma grande parcela de pessoas marginalizadas e que apresentam os indicadores sociais mais desfavoráveis. Encontra-se aqui uma reprodução de estereótipos tradicionais como o negro que gosta de samba, mora na favela ou em bairros periféricos, atua no núcleo violento onde há criminalidade, ou ocupa cargos como porteiro, motoristas, secretários e empregadas domésticas. Além disso, as investigações evidenciam que as imagens dos negros produzidos nos grandes meios de comunicação da massa são estereotipadas e tais representações influenciam na compreensão que a comunidade negra tem de si mesmo como também, as imagens que outros grupos étnicos, no caso, que os brancos fazem dele. Não obstante, esse grupo ser, o grupo étnico economicamente dominante que detém o monopólio dos meios de comunicação de grande massa no Brasil.

Cabecinhas (2002) afirmou que os meios de comunicação social de grande massa têm uma importante responsabilidade na formação dos estereótipos devido à maneira

simplista e enviesada como determinadas minorias étnicas eram descritas, em especial a comunidade negra que embora presente em maior quantidade no Brasil, apresenta-se em grande minoria nos espaços de poder e privilégio na sociedade. Este autor afirma ainda que os estereótipos seriam generalizações abusivas, irracionais, perigosas e suas mudanças seriam difícil, exigindo uma longa educação crítica. Os estereótipos negativos sobre a comunidade negra como tem mostrado a grande mídia justificariam os comportamentos discriminatórios em relação a estas onde contribui de forma significativa para a manutenção do *status quo*.

Segundo Araújo (2001), na sociedade brasileira, no início do século XXI, os negros continuam vivendo as mesmas experiências desagregadoras de uma autoimagem depreciativa, gerada por uma identidade racial negativa e reforçada pela indústria cultural brasileira, a qual insiste no ideal de branqueamento como referências identificatórias. O debate teórico sobre o branqueamento, no seu plano ideológico ou cultural, vem sendo amplamente discutido por Bastide & Fernandes (1959); Figueiredo (2002) e Bento & Carone (2002) como uma interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu *ethos* de matriz africana.

Representação do negro ao longo da escravidão

A dimensão histórica e ideológica do racismo que coloca o negro na condição de inferioridade compõe diversos aspectos ao longo da história na sociedade brasileira. Dimensões sociais, econômicas, políticas e psíquica no cotidiano do negro perante o tráfico e à escravidão na diáspora ocidental. Discorremos aqui, uma breve revisão histórica a partir da dimensão do trabalho escravo a fim de compreender a representação do lugar do negro na sociedade brasileira e a manutenção dessa representação pela mídia e pelas elites brasileiras.

O trabalho escravo contribuiu de forma expressiva para construção de um “lugar” para o negro na sociedade. Não basta, apenas, saber que numa época remota sujeitos de pele negra foram arrancados de suas terras, escravizados como objetos, torturados e mortos por brancos em favor do imperialismo econômico europeu. Mas, compreender como a escravidão de pessoas negras no Brasil produziu um discurso no imaginário social sobre o “lugar” desse sujeito. O mito da democracia racial, assim como o pacto narcisista dos brancos (branquitude) mantem-se silencioso e duradouro na conservação dessa estrutura racista em termos de representações nos espaços de privilégios sociais. De acordo com Bento (2002), esse pacto se dá a partir de uma espécie de acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem enquanto parte privilegiada pela estrutura e reorganização do racismo, assim sendo, permanecem na

tentativa de neutralização de tal identidade sob a zona de conforto simbólico, subjetivo e concreto.

A história nos mostra como o Estado, as instituições religiosas e os senhores de engenho impunham o negro na condição de subalternidade e como esses trabalhos realizados tornou-se um imperativo no discurso e no imaginário social. Bentes (2013) mostra que quando o estado precisava de escravos, alugava-os de particulares para realizar serviços de limpeza urbana, calçamento de rua, mercados e matadouros públicos. Para propriedade do Estado passavam a ser os escravos criminosos, condenados à prisão perpetua. Instituições beneficentes como a Santa Casa da Misericórdia em 1787, utilizava escravos como cozinheiros, serventes e zeladores em cemitérios. Como podemos observar, não houve trabalho produtivo que o negro não realizou, seja na agricultura, lavoura ou trabalho doméstico.

Esse tipo de relação imposta sob a égide da mão de obra escrava nos dá subsidio para refletir sobre esse lugar estereotipado do negro na sociedade brasileira. Em função desse passado histórico, marcado pela desumanização que, como consequência, constitui um obstáculo à construção da sua subjetividade, o negro tem no seu processo, o desafio de tornar-se indivíduo, sujeito protagonista de sua história. Embora haja um processo efetivo em o negro buscar constituir-se como tal, esse processo é conturbado, esbarrando em inúmeras dificuldades; esse passado histórico é constitutivo desse processo.

Nesse processo, pelo qual passou o negro diante desse percurso histórico, teve como consequência, o bloqueio no processo de constituição da subjetividade na medida em que possibilidades de identificações são bloqueadas ou invisibilizadas com outros nas relações sociais. A única esfera de identificação possível seria com os outros negros, todos identificados entre si e pela exterioridade social como não indivíduos sociais porque “coisas”, “peças”, “mercadorias” possuídas por aqueles sujeitos brancos que eram considerados como indivíduos, pessoas pela sociedade.

No entanto, nessa perspectiva, o negro travava uma infinita luta na tentativa do reconhecimento como sujeitos sociais. Essa experiência, portanto, irá determinar formas particulares na constituição da dimensão psíquica, envolvendo certas configurações de sentido que caracterizam, para o negro, a condição subjetiva.

Identidade e processo identificatório na mídia brasileira

Segundo Ceccarelli (2008) o conceito de identidade é uma expressão complexa, pois recobre, ao mesmo tempo, o particular e o geral: o que define o sujeito na sua mais absoluta diferença e que o assemelha a outro qualquer, graças a certo número de traços em comum. Podemos perceber tal concepção diante da convenção do IBGE que o sujeito que é negro é quem se autodeclara preto ou pardo (OLIVEIRA, 2004). Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial no Brasil, ou seja, uma identificação com o discurso voltado para um grupo de sujeitos que se assemelha um ao outro. No caso dos negros na diáspora, essa semelhança encontra-se vinculado ao grupo de negros escravizados vindo de todo território do continente africano.

Segundo Janet Helms (1990) identidade racial é “um sentimento de identidade coletiva ou grupal baseado sobre uma percepção de estar compartilhando uma herança racial comum com um grupo racial particular é um sistema de crenças que se desenvolve em reação a diferenciais percebidos no pertencimento a grupos raciais”. Dessa forma, a relação de pertencimento grupal racial no Brasil ocorrerá de alguma forma, com qualquer pessoa cuja situação de desigualdade estabeleça uma hierarquia entre brancos e negros nesta sociedade.

Corroborando com a perspectiva de construção de identidade como troca de coletividade utilizamos a ideia de Adam Kuper que afirma:

“... identidade não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa ser vivida no mundo, num diálogo com outros. Segundo os construcionistas, é nesse diálogo que a identidade é formada. Mas, não é dessa maneira que ela é vivenciada. De um ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade” (2002, p.298).

Ceccarelli (2008) traz uma concepção de “identidade de um povo” em que guerras étnicas são declaradas no intuito de preservar o que é próprio a uma nação, a uma raça e somente a ela, aquilo que faz sua particularidade, onde constitui sua identidade. Revela ainda que o insuportável da diferença pode ser a tal ponto ameaçador que o sujeito pode preferir morrer a perder sua identidade. No entanto, percebemos uma assimetria de relações identitárias nos espaços midiáticos brasileiros em relação aos negros e negras no Brasil. Torna-se perceptível essa relação em que nos principais meios de comunicação de massa as (os) negras (as) ainda continuam sendo associados a antigos estereótipos como a “mulata

sensual”, o “bandido” ou o “negro malandro”; e as profissões consideradas socialmente inferiores, como empregadas domésticas e jardineiros. Nas campanhas publicitárias são raros os rostos de pele escura. Ironicamente quando aparecem, são rostos brancos pintados de preto como forma caracterizada e folclorizadas de pessoas negras.

Para a psicanálise, o conceito de identidade só pode ser pensado de maneira dinâmica por ser dependente dos processos identificatórios. Dentre os elementos presentes nesse processo, que oferecem possibilidades identificatórias às pulsões, estão os ideais sociais. Entretanto, quando esses ideais não levam em conta os mitos de origem, no caso, referências que representam a cultura negra no Brasil, o encontro entre esses ideais e os mitos de origem pode produzir efeitos traumáticos ou mesmo desorganizador. É neste sentido que falamos de “perda identitárias”: sendo a identidade um processo dinâmico sustentado pelas identificações constitutivas do Eu (Freud, [1923] 1976), a perda de referências identificatórias paralisa a circulação pulsional, pois o novo universo simbólico onde o sujeito se vê inserido é gerador de angústia. Este estado de coisas pode produzir efeitos devastadores no sujeito, pois afeta diretamente os conteúdos recalçados, fazendo com que a ligação afeto/representação se desfça (Ceccarelli, 2007).

Assim, os ideais sociais refletidos pela mídia brasileira com relação ao negro brasileiro apresentam uma ruptura de referências identificatórias nos valores culturais assimilados diante dessa não representação nos espaços midiáticos acarretando uma internalização de um modelo simbólico de cultura branca e eurocêntrica que impossibilita as perceptivas de alteridade na sociedade. Ao mesmo tempo em que essa cultura branca e eurocêntrica é assimilada pelo sujeito, isso pode ser geradora de sofrimentos diante do corte com as bases mitológicas que estruturam o psiquismo do sujeito negro. Para Ceccarelli;

As construções sintagmáticas de uma cultura têm, dentre outras, a função de confortar, ainda que imaginariamente, o desamparo constitutivo do ser humano. (...), quando não estamos atentos à mitologia de origem, ou, pior ainda, quando impomos nossa mitologia àqueles com os quais trabalhamos, matamos de um só golpe sujeito e cultura, pois o arranjo simbólico que impingimos ao outro o remete a seu desamparo inicial (2007, p.189).

Essa imposição mitológica de referencial branca e eurocêntrica elimina as possibilidades de referências identificatórias da comunidade negra diante da sociedade, já que podemos considerar os meios de comunicação de massa (como as TV's) e a mídia impressa

(como os jornais) como um instrumento de poder e formadora de opinião e distribuição da mídia e propaganda para a grande população brasileira.

Historicamente, os problemas de interesse dos povos negros não são temas recorrentes nos meios de comunicação de grande massa nas mídias brasileiras. O não reconhecimento das demandas específicas desses povos, o uso freqüente de estereótipos, a ausência de imagens positivas e a pouca produção de notícias com foco na temática racial são alguns dos desafios que a imprensa brasileira precisa enfrentar. Em contraposição a essa ausência do negro nas mídias de grande circulação é que surgem nas novas conexões virtuais novas possibilidades de um referencial identificatório.

Conexões virtuais como movimento emancipatório

As sociedades mais tecnologicamente avançadas têm acesso a bens e serviços através de meios de comunicação mais novos que as sociedades menos avançadas tecnologicamente. A mídia, através dos meios de comunicação, ajudou a interligar diversas pessoas de longe e de perto. Essas novas tecnologias apresentam-se como importantes instrumentos entre o meio de comunicação e da mídia para compreensão dos efeitos sociais e individuais. A metodologia da comunicação, contudo, mudou e dispersou-se em várias direções conforme os motivos do seu impacto sociocultural. Da mesma forma, a mídia apresenta-se como um modelo de representações sociais no qual está em jogo modos de subjetivação de todo um grupo étnico em todo país. Assim também, pesquisas têm mostrado que a mídia possui importante papel na construção ou reconstrução de representações sociais (ALEXANDRE, 2001). Esta é entendida “como a reprodução de percepções ou de conteúdos de pensamentos de uma coletividade” (ALEXANDRE, 2001, p. 116). É nessa perspectiva que as representações socialmente construídas pela comunidade negra sobre a forma de vinculação de sua autoimagem são mostradas nos meios de comunicação de grande massa quadro que insere um notório modelo de assimilação de aspectos culturais etnocêntricos. E ao mesmo tempo de um lugar simbolicamente predeterminado através de concepções estereotipadas e preconceituosas.

A rapidez com que as informações e o conhecimento chegam aos sujeitos e os transformam, tornam-se competências valorizadas, gerando benefícios sociais e econômicos que estimulam o desenvolvimento e são, ainda, recursos fundamentais para formação e identificação de grupos. Tendo em vista a peculiaridade do ser humano, ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, de amizade, enfim relações de

interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a sua trajetória. Assim, o indivíduo vai delineando e expandindo sua rede conforme sua inserção na realidade social.

As recentes transformações na sociedade, sobretudo por conta da atuação reivindicatória dos movimentos sociais negros por políticas públicas para a promoção da igualdade de oportunidades e da equidade no acesso a direitos humanos, têm estimulado mudanças em setores da mídia. Sobretudo, tem utilizado as conexões virtuais como ferramenta de combate ao racismo e a discriminação nos meios de comunicação e nas grandes mídias. Contudo, o racismo e o etnocentrismo ainda persistem como fatores responsáveis pela invisibilização de temas e referências específicas sobre a população negra nos veículos de comunicação.

No século XXI, podemos dizer que estamos em uma sociedade líquida, na qual as informações são transmitidas de forma muito rápida (BAUMAN, 2008). Consequentemente, com a sociedade imersa em um contexto virtual, não há como ignorar a presença das tecnologias digitais em nosso mundo contemporâneo e o quanto essas novas conexões tem possibilitado novos processos emancipatórios da cultura negra no Brasil.

A modernização tecnológica nos novos modelos de comunicação trouxe contextualizada em si uma série de questões, que vão desde a incorporação das novas formas de comunicação até o acesso aos aparelhos digitais, infraestrutura econômica, aspectos culturais, sociais e psicoafetivos. Essas formas de comunicação implicam no modo de como os movimentos sociais negros têm pensado suas organizações e ações diante dessas novas possibilidades de interagirem criando novos dispositivos de relações sociais propagando informações a respeito dos interesses da comunidade negra por todo mundo. Embora a introdução de novas tecnologias digitais, no cotidiano da comunidade negra esteja abrindo possibilidades, também envolve conflitos e controvérsias, especialmente, na forma como esse dispositivo digital assume uma posição de privilégio e status diante na forma com que se relacionam com o mundo. Por outro lado, o acirramento das manifestações racistas, preconceituosas e discriminatórias nas redes sociais vem crescendo de forma assustadora e tornou-se um debate corriqueiro nas grandes mídias sociais e em diversos programas televisivos.

Recentemente, pessoas de pele negra que tem se destacado e ganhado visibilidade nos meios de comunicação de grande massa como artistas, atletas e jornalistas vêm sofrendo sistematicamente manifestações de preconceitos raciais e exposições de ideias racistas nas redes sociais.

(...) Na rede social Facebook, numa página intitulada “Classificados Porto União”, alguém usando um perfil falso – fake – procurava negros para comprar para sua coleção. Logo após outro perfil fake respondia que vendia negros a R\$ 1,00 e descrevia suas possíveis utilidades. As imagens e palavras usadas são chocantes, como a montagem feita com a foto de uma criança extremamente desnutrida posta diante de um pote de ração para cachorro e, na legenda, anunciava a “venda de um dog”. E as postagens vão se sucedendo com apologias a política eugênica e menções associativas de negros e escravidão.

Atualmente, a primeira garota do tempo negra da televisão brasileira, a jornalista Maria Júlia Coutinho, virou notícia por ter corrigido o seu chefe, William Bonner, ao vivo, se tornou alvo de comentários racistas nas redes sociais. Infelizmente, a competência da jornalista não foi o bastante para livrá-la de comentários de cunho racista. Notícias a seu respeito publicadas nos portais costumam ser acompanhadas de manifestações racistas de internautas. Diante dos elogios tecidos para a jornalista um usuário retrucou com a seguinte frase; “*Cabelo ruim. Tá elogiando porque é preta como você*”. Em outra postagem, outro usuário disse; “*Essa repercussão é só porque ela é negra. Se fosse branca, como é normalmente, não seria pauta de matéria*”.

A postura da jornalista revelou uma modificação da representação social diferente da representação estigmatizada pela mídia brasileira. Nesse aspecto, a quebra de uma construção discursiva e ideológica provocou uma mudança nessa representação social fazendo revelar que a atitude preconceituosa dessas pessoas é um movimento psíquico que implicou em jogar para fora o que é estranho em cada um desses usuários.

Essas manifestações, decorrente da visibilidade de referências identificatórias que valorizam do negro na mídia (nunca visto antes de forma evidente) podem ser analisados do ponto de vista do conceito de branquitude. Segundo Schucman (2014), no Brasil, ser branco está ligado à aparência, ao status e ao fenótipo. Afirma ainda que:

“A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam uma posição de status foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo e imperialismo e que se mantem e são preservados pela contemporaneidade. Portanto para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder fundamentais, concretas e subjetivas em que as desigualdades sociais se ancoram” (2014, p. 84)

Esse status de privilégio, principalmente no nos espaços midiáticos de grande circulação transformou-se, ao longo dos anos, em um discurso ideológico que mantém os

brancos no lugar de poder diante do negro em diversos seguimentos sociais. Os referências identificatórias que esse discurso apresenta com os únicos a serem seguidos transformaram-se em barreiras que impedem os negros de se identificarem com as ideias da cultura negra no Brasil. Desta forma, a branquitude se coloca no lugar de identidade racial branca de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial e racismo.

No entanto, as mídias sociais alternativas como uso de internet por meio de Sites, Facebook, Whatsapp, MSN e Skype apresenta-se como uma forma alternativa de comunicação e organização de movimentos sociais negros frente à negação e não vinculação da imagem e de valores culturais do negro na grande mídia. A dinâmica social que envolve as redes sociais atualmente promove novas possibilidades de relações, informações e conhecimentos desenvolvidos pelos movimentos sociais negros na atualidade. Dessa forma, as novas conexões virtuais se configuram numa estratégia social de organização e compartilhamento de experiências e informações como um movimento emancipatório para valorização e combate das desigualdades, no que se refere aos conhecimentos sobre a comunidade negra.

Esse debate sobre a questão racial, a partir do espaço que a grande mídia possibilitou à comunidade negra, ao surgimento de entidades governamentais dedicadas as relações raciais, aos casos de discriminação cometidos individualmente, pelos meios de comunicação de massa, as notícias internacionais ligadas ao racismo e principalmente ao estatuto da igualdade racial, abriu espaço para novas análises a partir das considerações a respeito da imprensa como produto social, que mantém um conjunto de enunciados representantes de percepções, valores e interesses diversos.

Considerações finais

Percebemos que as novas redes sociais têm influenciado tanto a difusão de inovações quanto a propagação da informação e do conhecimento que oportuniza o desenvolvimento da cultura das comunidades negras no Brasil. A literatura nos permitiu inferir que essas novas conexões virtuais são recursos importantes para o processo de identificação da comunidade negra em virtude da ausência de referências culturais negra na mídia brasileira de grande massa. Essas novas relações estabelecidas com os meios de comunicação pela comunidade negra, dependendo dos interesses que movimentam as interações na rede, possibilitaram novos olhares diante da imensidão de informações e conhecimentos disponibilizados nos sites

e redes sociais no mundo virtual. Estas, pois favorecem de forma significativa, para consolidação de uma cultura que vem sendo negligenciada e estripada pela cultura branca e eurocêntrica que domina ainda hoje os meios de comunicação de massa nesse país.

Nesses novos contextos (conexões virtuais) de referências identificatórias, observamos a ocorrência do movimento das organizações de movimentos sociais negros que caminha para novas referências diante do modelo eurocêntrico e branco posto pela mídia de grande massa propagada e disseminada no Brasil de riquezas etnicorracial e cultural. Como alternativa, os novos modelos de comunicação têm possibilitado, diante da ausência de imagens que representam os valores identitários da cultura de matriz africana, uma mudança discursiva que mostrou, se necessário ainda o fosse, que todo discurso estigmatizado e preconceituoso sobre a comunidade negra é sempre uma construção social, sem nenhuma ancoragem em uma suposta “natureza humana”. Esse discurso responde a interesses sociopolíticos e econômicos do momento histórico e da cultura na qual emerge, com toda a sua vinculação à moral e à norma.

Esses novos referenciais identificatórios proporcionam também, novos caminhos para a construção de um discurso, diante da comunidade negra, que transformam uma perspectiva negativa e depreciativa para o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais destes diante da negação de um espaço (mídia) hegemonicamente dominado pelos brancos.

O compartilhamento da informação e do conhecimento em rede por parte da comunidade negra requer a adoção de uma postura de cooperação, em que os atores utilizem múltiplos recursos, valorizando tanto o contato pessoal quanto o uso da tecnologia como ferramenta de comunicação que culmine no aprendizado e em novas formas de se organizar enquanto grupo que não se reconhece nas grandes mídias. Essa relação mobiliza a comunidade negra para uma compreensão e um pertencimento de grupo, de forma que, esse desamparo dos objetos identificatórios colocados pela cultura branca seja anulada diante desses novos modelos de organização e mobilização diante das novas conexões virtuais.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. *Comum*. V.6, n.17, p. 111-125, jul./dez. 2001.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001.

BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória da população negra no Pará**. Aspectos relevantes. Belém: UFPA, GEAM. 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs) (2002). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes.

BASTIDE & FERNANDES, Florestan (1959). **Branços e Negros em São Paulo** (2ª ed.). São Paulo, Ed. Nacional.

BAUMAN, zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. zahar, 2008.

CABECINHAS, R. (2002) **Media, etnocentrismo e estereótipos sociais**. In As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação. Lisboa: Vega (pp. 407- 418).

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Mitologia e processos identificatórios**. In: Tempo psicanalítico. Vol.39. Rio de Janeiro, pp.179-193. Editora: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID) 2007.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Transsexualidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela (2002). **Novas Elites de Cor**. São Paulo, Annablume/CEAA.

FREUD, S., Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Ed. Imago, Rio de Janeiro, 1969.

_____ **Psicologia de Grupo e Análise do ego** (1921), vol. XVIII.

_____ **Mal-estar na civilização** (1930), vol. XXI.

HELMS, J. E. (Ed.). (1990), **Black and White Racial Identity: Theory, Research and Practice**. Westport, CT: Greenwood Press.

HOFBAUER, Andreas (1999). **Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo: Atlas, 2002.

NOUGUEIRA, Isildinha B. **O corpo da mulher negra**. Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, no 135, 40-45. 1999.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Estud. av. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, Apr. 2004.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 11, 2014.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.